

nossa **américa** hoy

Revista do Memorial da América Latina 04 - 2014 / R\$ 5,90



**50 anos do
Golpe Militar de 1964**

MEMORIAL 25 ANOS

Situação do negro
no Brasil **pouco muda
em duas décadas**

XII Jogos dos Povos
Indígenas reúne
1600 índios de 16 países

Confira nesta edição: dicas do que se tem do Equador na cidade

O legado da

Ditadura

Cinquenta anos após o início do ciclo de violência, a sociedade quer esclarecimentos e pede o fim do desrespeito aos direitos humanos.

por Eduardo Rascov

A USP tem uma. O Sindicato dos Jornalistas tem outra. O Estado de São Paulo tem a sua. A cidade de São Paulo também. Essas e as quase cem similares espalhadas pelo Brasil estão sob o guarda-chuva da Comissão Nacional da Verdade, cujo trabalho árduo vai até dezembro de 2014, se não houver nova prorrogação. Tantas Comissões da Verdade estão tentando iluminar amplas zonas e episódios entrevados do período da Ditadura Militar, verdadeira Idade das Trevas brasileira.

Deflagrada há 50 anos - em 1º de abril de 1964 - sua duração varia de acordo com o gosto: para alguns terminou em 1985, com a eleição indireta do cordato Tancredo Neves, seguida de seu calvário e morte, e posse do inelutável José Sarney; para outros, a redemocratização efetiva foi em 1989, com a escolha por sufrágio universal do infante direito Fernando Collor. Para muita gente boa, porém, a superação do legado da ditadura militar ainda não se deu.

É o caso da pesquisadora Mariana Joffily, da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), professora de História da América. Para ela, “uma

das piores marcas que a ditadura deixou para as gerações atuais foi a militarização da segurança pública, com uma abordagem que encara os desafios colocados à segurança em termos de guerra interna. Além disso, a ditadura incrementou uma cultura política que vem desde pelo menos a escravidão, de que o uso da violência é um instrumento necessário e válido para a manutenção da ordem social. Superar a ditadura, ao meu ver, significa reformular completamente a maneira pela qual a segurança pública vem sendo estruturada e pensada.” Joffily publicou o alentado livro *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969 - 1975)*, editado pelo Arquivo Nacional e Edusp, em 2012.

Atualmente, a tortura é disseminada no Brasil nas delegacias que cuidam de bandidos pobres. Crime comum. Se já era assim antes, com o ciclo militar isso se entranhou e se entranhou, pois ganhou ares de política institucional, ao ponto do general Ernesto Geisel ter declarado que sem a tortura não se venceria a guerra interna (“Acho que a tortura, em certos

casos, torna-se necessária, para obter confissões”, Élio Gaspari in *A Ditadura Escancarada*, Cia. das Letras, pág. 37). Muitas são as razões usadas para justificar a tortura. Os Estados Unidos e Israel, por exemplo, alegam que enfrentam uma guerra assimétrica contra o terrorismo internacional. Por isso criaram regras cínicas: pode-se torturar desse e daquele modo, afogamento sim, choque elétrico na vagina não...

A historiadora Mariana Joffily, que estudou as ditaduras do Cone Sul, repressão política, transição democrática e violência política na USP e na Sorbonne (Université de Paris IV), comenta: “A tortura é vista, do ponto de vista teórico, como um “castigo cruel e degradante”, salvo em condições excepcionais”. Nos EUA e em Israel, a defesa desse tipo de violência se faz com base no argumento extremo do terrorismo e se expande no tratamento com tudo aquilo que parece socialmente indesejável. Abre-se uma brecha que se torna o próprio sistema. Por isso, a recusa à tortura tem de ser completa, absoluta. Não pode haver meio-tortura, nem ela pode ser aceitável em qualquer circunstância que seja.

Militar

em pele viva

Quem defende o uso da tortura, nunca se vê no lugar do torturado. É sempre o outro o alvo potencial. No Brasil, a tortura é claramente um instrumento de contenção social. Ela não é defendida abertamente no discurso público, porém, em filmes como *Tropa de Elite*, o espectador é levado a torcer para que o policial seja violento para extrair a informação que o adolescente ligado ao tráfico não quer fornecer espontaneamente. Vemos em várias situações do cotidiano, indivíduos vivendo sob enorme precariedade social sendo espancados, queimados vivos, ameaçados de morte. E não apenas pelas autoridades policiais, mas também por “cidadãos comuns”, comerciantes, jovens de classe média, sem falar dos setores ligados à criminalidade. Ou seja, a tortura é algo que não se defende teoricamente, mas que se aplica com muita frequência.

Em 2010 a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Cidh) analisou o desaparecimento de quase setenta brasileiros envolvidos com a Guerrilha do Araguaia, no início dos anos 70. Eram na maioria jovens militantes do PC do B (Partido Comunista

do Brasil) que haviam se infiltrado no Bico do Papagaio (região de rios caudalosos e muita mata, que engloba o norte de Tocantins e o sul do Pará e do Maranhão) em meados da década anterior e ali se misturavam aos camponeses, enquanto semeavam a tão idealizada, pela esquerda, guerrilha rural. A Cidh acusou o Estado brasileiro de omissão e exigiu que ele esclarecesse se os militantes foram mortos, onde estão seus corpos, e que punisse exemplarmente os responsáveis. Mas, no mesmo ano, a Corte Suprema do Brasil decidiu que a Lei de Anistia impedia que o país tomasse essas providências.

No entanto, procuradores da república corajosos entenderam que o sequestro com sumiço do corpo é crime sem prescrição até que se encontre os restos mortais da vítima. Isso está levando a enfrentamentos inéditos, como em dezembro do ano passado, quando compareceram - diante do juiz federal Hélio Egydio de Matos Nogueira, em uma ação com instrução penal - os delegados de polícia Carlos Alberto Augusto, o “Carlinhos Metralha”, e Alcides Singillo. O coronel reformado do Exército Carlos

Alberto Brillhante Ustra, que comandava o DOI-Codi, um dos principais centros de repressão do país, embora convocado não apareceu. Eles depuseram sobre o desaparecimento do marinheiro pernambucano Edgar Aquino Duarte. Do outro lado da mesa, estavam as testemunhas sobreviventes José Damião Trindade, Pedro Rocha Filho, Ivan Seixas e Maria Amélia de Almeida Teles, que relataram com detalhes as sevícias às quais foram submetidos.

Segundo a professora Joffily, “esse enfrentamento simbólico entre torturados e torturadores é de extrema importância, pois ainda que setores conservadores de nossa sociedade insistam em ratificar a Lei da Anistia, mostra o quanto o país avançou ao colocar no lugar dos acusados aqueles que em nome do Estado perpetraram torturas e assassinatos. O Estado hoje está ao lado dos outrora perseguidos e isso demonstra uma guinada fundamental. Mas esse passado apenas será passado a limpo se esses eventos todos tiverem um efeito de significação no presente, produzindo uma aversão pública e generalizada à prática da tortura e uma reformulação das for-

ças de segurança. Portanto, apenas será superado quando forem criados mecanismos institucionais sólidos no sentido de evitar que no presente ou no futuro próximo se lance mão de medidas autoritárias de controle social.”

A constelação de comissões da verdade expressa o crescente interesse da sociedade em conhecer e enfrentar o que aconteceu no país naquele período. Um dos aspectos do trabalho da Comissão Nacional da Verdade é ampliar o número de vítimas reconhecido. As violações sistemáticas dos direitos humanos se estenderam, por exemplo, a povos indígenas e a trabalhadores da terra. A psicanalista e escritora Maria Rita Kehl preside um grupo de trabalho da Comissão Nacional da Verdade sobre esse tema. Ela investiga a violência cometida diretamente por agentes públicos ou por pessoas a seu serviço ou no interesse do Estado contra pessoas - índios e camponeses - que mal entendiam o que estava acontecendo. Em dezembro do ano passado Maria Rita Kehl compareceu ao Senado brasileiro e relatou um pouco do que apreendeu na região da Guerrilha do Araguaia. Ela ouviu de índios Surui que foram obrigados à, não só, denunciar onde se escondiam os militantes e à servir de mateiros (guias), como também à cortar a cabeça de alguns deles e a carregá-las no ombro. “Alguns índios disseram que, durante muito tempo, sonhavam e tinham a sensação horrível do sangue quente escorrendo nas costas deles”, relatou.

Diante dos senadores, Maria Rita Kehl puxou uma linha de progressão da violação dos direitos humanos que vem até nossos dias. Ela contou que logo em seguida ao fim oficial da ditadura militar foi criada em vários estados brasileiros uma associação de proprietários rurais chamada União Democrática Ruralista (embrião de um partido político posterior), cujo objetivo declarado era “a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do país” e se opor à Reforma Agrária. Nos seus quatro primeiros anos de existência foram mortos centenas de lideranças camponesas que resistiam à tomada de suas terras. A fonte é a

insuspeita revista *Veja*, que, em 26 de março de 2003, falando sobre a UDR, cravou que ela “ficou célebre na segunda metade dos anos 80 por sua disposição beligerante no campo. Entre 1985 e 1989, quando se encontrava no pico de suas atividades, a UDR tornou-se nacionalmente conhecida, e as mortes no campo chegaram a 640, um recorde.”

Para Kehl essa cultura da violência passa pelo Massacre de Maio de 2006, quando, entre 12 e 20 daquele mês, pelo menos 493 pessoas foram assassinadas em São Paulo, a maioria com sinais de execução sumária. Era a resposta à revolta e aos ataques comandados pelo PCC (Primeiro Comando da Capital) de dentro da prisão à polícia, com a morte de 43 agentes públicos. “Não só há um número enorme de jovens assassinados pela polícia, como de desaparecidos. Os pais e mães desses jovens não conseguem encontrar os corpos de seus filhos, porque eles também são ameaçados”, declarou aos senadores Maria Rita Kehl, conforme a página na internet da Comissão Nacional da Verdade. Segundo o site, o senador João Capiberibe (PSB-PA) - presidente da Subcomissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do Senado - vai agendar neste primeiro semestre audiências públicas para ouvir as Mães de Maio.

Outro resquício da ditadura apontado por Kehl é o lento e progressivo extermínio dos índios guarani-kaiowa, do Mato Grosso do Sul. Aos senadores ela denunciou que no final do ano passado fazendeiros da região fizeram um leilão de gado cujo fundo arrecadado seria usado para financiar milícias armadas que estão cercando os índios. Os guarani-kaiowa vêem o que restou de suas terras tradicionais ser cobiçado por forças truculentas, sentem-se ameaçados, isolados, sem o atendimento adequado por parte do Estado no campo da educação e da saúde - o que leva alguns ao recurso extremo do suicídio.

O fato é que não só ainda não passamos a limpo aquele período de exarcebado militarismo, como ainda

vivemos sob os seus auspícios. Mas alguns passos importantes foram dados recentemente, conforme destaca Mariana Joffily: “O trabalho dessas comissões tem resultados diversos. Um deles é a coleta de informações novas sobre modalidades pouco conhecidas da repressão, como aconteceu com as recentes descobertas a respeito do massacre de povos indígenas ou detalhes sobre as circunstâncias de morte de desaparecidos políticos. Outro é investigar os alcances do arbítrio em diferentes esferas, como por exemplo em uma categoria de trabalhadores ou dentro de uma determinada universidade. O principal resultado, no entanto, é trazer para a sociedade brasileira um debate crítico sobre o que foi a ditadura militar, no sentido de condenar as práticas de autoritarismo e violência política perpetradas pelo Estado.”

Práticas essas tão comuns no noticiário até hoje. Elas repercutem nas redes sociais intensamente, mas depois de algum tempo, parece, tudo cai no vazio. Quem se lembra do covarde massacre de 111 presos desarmados no Carandiru, ou da “Operação Castelinho”, com doze mortes no pedágio de Sorocaba da rodovia Castelo Branco e, mais recentemente, do sequestro e tortura do pedreiro carioca Amarildo em plena sede da UPP da Rocinha, para ficar apenas em três exemplos? “Unidade da Polícia Pacificadora”, eis um primor irônico que a ficção dificilmente alcançaria. Mais que criar uma “novilíngua”, urge recomeçar do zero, fundar uma nova polícia - essa desmilitarizada - e sem a metástase da corrupção e da violência seletiva.

Agora que se “comemora” os cinquenta anos do início da Ditadura Militar é importante que se multipliquem os canais de discussão de seu legado. Que a chuva de comissões da verdade façam germinar pelo país a consciência não só do que foi aquele período, mas do que ele é hoje - o que ele repercute, significa, implica e rebete na sociedade brasileira contemporânea.

Eduardo Rascov é jornalista e editor do site do Memorial da América Latina.